

PROCESSO - A. I. Nº 180642.0059/04-6
RECORRENTE - LEC DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 2ª JF nº 0239-02/05
ORIGEM - INFAZ BONOCÔ
INTERNET - 17/11/2005

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0390-12/05

EMENTA: ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO. PAGAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO. O pagamento integral do Auto de Infração implica na renúncia ao direito de recorrer e na extinção do processo na via administrativa. Recurso **PREJUDICADO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O recorrente requereu a reforma do julgamento de 1ª Instância na parte referente a não inclusão do Capital Social da sociedade como origem dos recursos. Foi argüido que o Capital Social da empresa está integralizado, portanto, deve ser considerado no saldo inicial do caixa. Pleiteou que fosse considerado o Capital Social de R\$10.000,00 como saldo inicial do Caixa e, por conseguinte, reduzido o saldo credor de Caixa e o imposto devido. Requereu ainda a exclusão da multa de 70% ou a sua redução considerando da boa fé do contribuinte e que se trata de empresa enquadrada no SimBahia à época da infração. Em termos de valor, pediu que o crédito tributário de R\$9.400,53 fosse reduzido para R\$9.266,36, já incluído multa e atualização monetária.

A Decisão de 1ª Instância está contida no Acórdão nº 0239-02/05, da 2ª JF, declarando-se a procedência parcial da autuação.

A PGE/PROFIS se manifestou pela Não Provisão do Recurso Voluntário, afirmando inexistir nos autos qualquer documento capaz de dar suporte à impugnação do contribuinte.

Posteriormente foi anexada pela Secretaria do CONSEF, através da sua Coordenação Administrativa, com declaração aposta na capa dos autos, a informação, colhida no sistema de processamento de dados da SEFAZ (Secretaria da Fazenda), evidenciando que o contribuinte quitou integralmente o valor do débito após julgamento de 1ª Instância e manifestação da Procuradoria Estadual. Apesar da juntada dessas informações não ter sido efetuada com a lavratura do “termo de juntada” nos termos do art. 12 e 13 do RPAF/99, trata-se de documento que deve ser levado em consideração na solução desta lide fiscal.

VOTO

O pagamento é uma das formas de extinção do crédito tributário, conforme previsto no Código Tributário Nacional, art. 156, inc. I. Como consequência daquele ato, há repercussão no processo administrativo, pois cessa a lide fiscal. Não havendo qualquer vício no processo que denote a ilegalidade do lançamento, deve ser declarada a extinção do feito, considerando que o pagamento implica na renúncia ao Recurso Voluntário interposto pelo contribuinte.

Voto, portanto, pela EXTINÇÃO do processo administrativo fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADO** o Recurso Voluntário apresentado e declarar **EXTINTO** o processo administrativo fiscal relativo ao Auto de Infração nº **180642.0059/04-6**, lavrado contra **LEC DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS LTDA.**, devendo os autos ser encaminhados à INFAZ de origem para os fins de sua alçada.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de outubro de 2005.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE/RELATOR

ADRIANA LOPES VIANNA DIAS DE ANDRADE - REPR. DA PGE/PROFIS